

EDITAL Nº 1 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - IPHAN 1/2015

## 301 A 321 - ARQUEÓLOGO

NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO	ESCOLA	SALA	ORDEM

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

### INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:

Um Caderno de Questões contendo **50 (cinquenta) questões** objetivas de múltipla escolha.

Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.

- Ao ser autorizado o início da prova, verifique se o Caderno de Questões corresponde ao cargo em que está inscrito, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno ou outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.

- A totalidade da Prova terá a duração de **4h (quatro horas)**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.

- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **01h30min (uma hora e trinta minutos)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões da Prova Objetiva e a Folha de Respostas, que será o único documento válido para correção.

- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.

- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.

- O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

### INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas, se esta corresponde ao cargo em que está inscrito e se a totalidade da quantidade de questões sobre as quais será avaliado está correta.

- A Folha de Respostas NÃO pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.

- Use caneta transparente de tinta azul ou preta.

- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas.

- Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.

- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



CONCURSOS PÚBLICOS

06/2015

Espaço reservado para anotação das respostas - O candidato poderá destacar e levar para conferência.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

301 A 321 - ARQUEÓLOGO



CONCURSOS PÚBLICOS

Nome: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no sit

ursos.org.br) a partir do dia **16 de Junho de 2015**.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto adaptado abaixo, de Rainer Sousa, transcrito do site Brasil Escola, para responder às questões de 1 a 5.

#### PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Em seu significado mais primitivo, a palavra patrimônio tem origem atrelada ao termo grego *pater*, que significa “pai” ou “paterno”. De tal forma, patrimônio veio a se relacionar com tudo aquilo que é deixado pela figura do pai e transmitido para seus filhos. Com o passar do tempo, essa noção de repasse acabou sendo estendida a um conjunto de bens materiais que estão intimamente relacionados com a identidade, a cultura ou o passado de uma coletividade.

Essa última noção de patrimônio passou a ganhar força no século XIX, logo que a Revolução Francesa salientou a necessidade de eleger monumentos que pudessem refutar o esquecimento do passado. Nesse período, levando-se em conta as noções historiográficas da época, os monumentos deveriam expressar os fatos de natureza singular e grandiosa. Sendo assim, a preservação do passado colocava-se presa a uma noção de “melhoria”, “evolução” e “progresso”.

Além dessas primeiras noções, o conceito de patrimônio também estava articulado a um leque de valores artísticos e estéticos. Preso ainda à construção de monumentos e esculturas, o patrimônio deveria carregar em seu bojo a tradicional obrigação que a arte tinha em despertar o senso de beleza e harmonia entre seus expectadores. Com isso, as produções artísticas e culturais que poderiam evocar a identidade e o passado das classes populares, ficavam plenamente excluídas em tal perspectiva.

Avançando pelo século XX, observamos que as noções sobre o espaço urbano, a cultura e o passado, foram ganhando outras feições que interferiram diretamente na visão sobre aquilo que pode ser considerado patrimônio. Sobre tal mudança, podemos destacar que a pretensa capacidade do patrimônio em reforçar um passado e uma série de valores comuns, acabou englobando outras possibilidades que superaram relativamente o interesse oficial do Estado e as regras impostas pela cultura erudita.

A conceituação atual do patrimônio acabou estabelecendo a existência de duas categorias distintas sobre o mesmo. Uma mais antiga e tradicional refere-se ao patrimônio material, que engloba construções, obeliscos, esculturas, acervos documentais e museológicos, e outros itens das belas-artes.

Paralelamente, temos o chamado patrimônio imaterial, que abrange regiões, paisagens, comidas e bebidas típicas, danças, manifestações religiosas e festividades tradicionais.

Ainda hoje, vemos que os governos assumem o papel de preservar e determinar a construção dos patrimônios de uma sociedade. Uma gama de técnicos, acadêmicos e funcionários é destinada à função de preservar todos esses itens, que articulam e garantem o acesso às memórias e experiências de um povo. Com isso, podemos ver que o conhecimento do patrimônio abarca uma preocupação em democratizar os saberes e fortalecer a noção de cidadania.

Com a diversificação dos grupos que integram a sociedade, podemos ver que os patrimônios também incentivam o diálogo entre diferentes culturas. Não raro, todas as vezes que fazemos um passeio turístico, temos a oportunidade de contemplar e refletir mediante os objetos e manifestações que formam o patrimônio do lugar que visitamos. Nesse sentido, a observação dos patrimônios abre caminho para que tenhamos a oportunidade de nos reconhecer e reconhecer os outros.

- De acordo com o que se depreende do texto, assinale a alternativa correta.
  - Os conceitos vocabulares mudam com o tempo; com relação ao significado de patrimônio, foi estendido de algo particular, entre pais e filhos, para a dimensão relacionada à identidade, à cultura ou ao passado de uma coletividade.
  - Os diferentes grupos sociais incentivam o diálogo e a aproximação entre diferentes culturas.
  - O patrimônio pretendia reforçar um passado e uma série de valores comuns, infelizmente, não foi possível suplantar o interesse oficial do Estado e as regras impostas pela cultura erudita.
  - A função de preservar e determinar a construção dos patrimônios compete à sociedade para garantir o acesso às memórias e experiências de um povo.
  - O patrimônio imaterial envolve a natureza e as criações do homem.
- Assinale a alternativa cuja palavra dos parênteses **não** substitui corretamente o vocábulo destacado na frase, comprometendo a verdadeira compreensão do texto.
  - “Em seu significado mais primitivo, a palavra patrimônio tem origem **atrelada** ao termo grego *pater...*” (vinculada)
  - “... a Revolução Francesa **salientou** a necessidade de eleger monumentos...” (destacou)
  - “... foram ganhando outras feições que **interferiram** diretamente na visão...” (intervieram)
  - “Sobre tal mudança, podemos destacar que a **pretensa** capacidade do patrimônio...” (falsa)
  - “... o conhecimento do patrimônio **abarca** uma preocupação...” (inclui)

3. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às análises do trecho abaixo, assinale a alternativa **incorreta**.

“Ainda hoje, vemos **que**<sup>1</sup> os governos assumem o papel de preservar e determinar a construção dos patrimônios de uma sociedade. Uma gama de técnicos, acadêmicos e funcionários é destinada à função de preservar todos esses itens, **que**<sup>2</sup> articulam e garantem o acesso às memórias e experiências de um povo. Com isso, podemos ver **que**<sup>3</sup> o conhecimento do patrimônio abarca uma preocupação em democratizar os saberes e fortalecer a noção de cidadania.”

- (A) No trecho, os vocábulos destacados e enumerados são, respectivamente: 1 – conjunção integrante; 2 – pronome relativo; 3 – conjunção integrante.
- (B) No trecho – “Uma gama de técnicos, acadêmicos e funcionários **é destinada** à função de preservar todos esses itens...” – a concordância também ficaria correta da seguinte forma: “Uma gama de técnicos, acadêmicos e funcionários **são destinados** à função de preservar todos esses itens...”.
- (C) Os vocábulos, **patrimônios** e **acadêmicos**, recebem acento obedecendo à regra das palavras proparoxítonas.
- (D) Assim como o vocábulo “saber” tem o plural “saberes”, o plural do vocábulo “querer” é “quereres”.
- (E) No trecho – “... articulam e garantem o acesso **às memórias** e experiências de um povo.” – ficaria correta a seguinte construção: – “... articulam e garantem o acesso **a memórias** e experiências de um povo.”

4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às classes de palavras, assinale a alternativa cuja classificação das palavras destacadas, no período abaixo, esteja correta.

“Com **isso**<sup>1</sup>, as produções **artísticas**<sup>2</sup> e culturais que poderiam evocar a identidade e o **passado**<sup>3</sup> das classes populares, ficavam **plenamente**<sup>4</sup> excluídas em tal perspectiva.”

- (A) 1. preposição/ 2. adjetivo/ 3. adjetivo/ 4. advérbio.
- (B) 1. pronome/ 2. substantivo/ 3. substantivo/ 4. advérbio.
- (C) 1. pronome/ 2. adjetivo/ 3. adjetivo/ 4. conjunção.
- (D) 1. preposição/ 2. substantivo/ 3. substantivo/ 4. conjunção.
- (E) 1. pronome/ 2. adjetivo/ 3. substantivo/ 4. advérbio.

5. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação à regência verbal, assinale a alternativa cujo verbo destacado **não** tenha a mesma regência dos verbos destacados no período abaixo.

“Nesse sentido, a observação dos patrimônios **abre** caminho para que **tenhamos** a oportunidade de nos reconhecer e **reconhecer** os outros.”

- (A) A justiça **interrogará** o presidente da Fifa.
- (B) As partidas de tênis **recomeçaram** em Roland Garros.
- (C) O Brasil **perde** disputa por esmeralda gigante.
- (D) Casa de leilões **mantém** venda de quadro russo.
- (E) O Presidente Barack Obama **assinou** uma declaração de situação de grande desastre no Texas.

6. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa que apresenta a correta relação entre as orações, estabelecida pela locução conjuntiva destacada no período abaixo.

A pressão para chegar a um acerto se intensificou, **na medida em que** Atenas enfrenta o vencimento de uma parcela da dívida em 5 de junho.

- (A) Proporção.
- (B) Condição.
- (C) Concessão.
- (D) Causa.
- (E) Tempo.

7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de colocação pronominal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém manifestou-se contra a decisão do juiz.
- (B) Não entristecer-me-ia se Mônica não pudesse vir à festa.
- (C) Ainda que o torturassem, Felipe não entregaria o amigo.
- (D) Esta é uma situação que constrange-me demais.
- (E) Deus livre-nos de uma tragédia como essa!

8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às figuras de estilo, assinale a alternativa que apresenta uma elipse.

- (A) Sabemos o quanto será difícil para vocês, mas tenho que avisá-los, seu pai foi desta para melhor.
- (B) Berenice é delicada como uma rosa.
- (C) Selma trabalhou todos os dias, o marido, só hoje.
- (D) Minha filha adora ler Fernando Pessoa.
- (E) Verônica ficou morrendo de ciúmes de Lia.

9. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de concordância, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Soube que houve duas brigas entre torcidas hoje no estádio.
- (B) A alegria e a gíngua brasileira contagiam os turistas.
- (C) Crianças nenhuma amoleciam o coração daquele homem.
- (D) Deve fazer uns três meses que Lia não come doce.
- (E) Na semana que vem, será divulgada novas medidas para conter a inflação.

10. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e em relação às regras de pontuação, assinale a alternativa correta.

- (A) Arqueólogos acreditam que algumas ruínas, encontradas em uma floresta remota na Argentina, seriam um esconderijo nazista.
- (B) Arqueólogos, acreditam que algumas ruínas, encontradas em uma floresta remota na Argentina, seriam um esconderijo nazista.
- (C) Arqueólogos acreditam que algumas, ruínas, encontradas em uma floresta remota na Argentina, seriam um esconderijo nazista.
- (D) Arqueólogos acreditam que algumas ruínas, encontradas em uma floresta, remota na Argentina, seriam um esconderijo, nazista.
- (E) Arqueólogos acreditam que algumas ruínas, encontradas em uma floresta remota na Argentina, seriam, um esconderijo nazista.

### DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO APLICADA AO IPHAN

11. Com base no que estabelece o Decreto nº 6.844/2009, o qual trata da Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do IPHAN, e sobre a atuação no território nacional do IPHAN, analise as assertivas abaixo.

- I. A autonomia das Superintendências Estaduais se restringe a operacionalizar e a executar as ações do IPHAN em andamento.
- II. Os Parques Históricos ficam subordinados diretamente à Diretoria do IPHAN, cabendo às Superintendências Estaduais os cuidados de fiscalização desses locais.
- III. Compete ao Departamento Material e Fiscalização autorizar as pesquisas realizadas em sítios arqueológicos brasileiros, sendo o acompanhamento dessas pesquisas feito pelas Superintendências Estaduais e pelo Centro Nacional de Arqueologia.
- IV. Às Superintendências Estaduais compete a função de autorizar a saída do país e a movimentação de bens culturais que não estiverem sujeitos à aplicação da legislação federal de proteção.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

12. Sobre o disposto no Regimento Interno do IPHAN (Portaria nº 92/2012), no que se refere aos órgãos e atividades autárquicas relacionadas à arqueologia, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Nacional de Arqueologia (CNA) é órgão seccional do IPHAN, para o qual reporta a Coordenação-Geral de Patrimônio Natural (CGPN).
- (B) O Centro Nacional de Arqueologia (CNA), hierarquicamente, está no mesmo nível do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM).
- (C) A Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico (COSOL), hierarquicamente, está acima do Centro Nacional de Arqueologia (CNA).
- (D) A Coordenação de Pesquisa e Licenciamento (COPEL) responde diretamente à Coordenação-Geral de Patrimônio Natural (CGPN).
- (E) A Coordenação de Normas e Acautelamento (CONAC), hierarquicamente, responde ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA).

13. Sobre o sujeito ativo de ato de improbidade administrativa, de acordo com o disposto na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- (A) Ato de improbidade praticado contra o patrimônio de entidade que recebe incentivo fiscal de órgão público também está sujeito às penas da Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) Para efeito de improbidade administrativa, considera-se agente público apenas o servidor que ocupa cargo ou função em um dos órgãos ou entidades da Administração Pública direta da União.
- (C) Aquele que não é considerado agente público, ainda que concorra para a prática de ato de improbidade, está eximido de ser penalizado.
- (D) Em havendo enriquecimento do agente público, ele perderá não só os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio como os bens que anteriormente já detinha.
- (E) Um estagiário não remunerado do IPHAN não pode ser sujeito ativo de um ato de improbidade administrativa, dado que não se trata de agente público, bem como pela gratuidade de sua relação contratual.

14. Sobre as disposições normativas apresentadas ao longo do Código de Ética do Servidor Público Federal (Decreto nº 1.171/1994), analise as assertivas abaixo.

- I. Estão sujeitos ao Código de Ética Profissional os servidores públicos civis e militares dos Poderes Executivos Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal.
- II. O servidor não pode omitir ou falsear um fato, ainda que este seja contrário aos interesses do próprio servidor ou da Administração Pública.
- III. É vedado ao servidor público deixar de utilizar os avanços tecnológicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento de suas funções.
- IV. É dever fundamental do servidor público acatar a seus superiores hierárquicos de todas as formas e em quaisquer circunstâncias, ainda que a ordem exarada contenha caráter imoral.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

15. O artigo 117 do Regime Disciplinar dos Servidores Públicos (Lei nº 8.112/1990) impõe uma série de proibições a serem observadas pelo servidor público no exercício de sua atividade laboral. Assinale a alternativa que apresenta uma situação proibida, conforme o dispositivo legal acima mencionado.

- (A) Retirar, sob qualquer circunstância, documento ou objeto da repartição pública.
- (B) Pode participar de conselho de administração e fiscal de empresas em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social.
- (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, mesmo com autorização prévia do chefe imediato.
- (D) Recusar fé a documento público.
- (E) Atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, mesmo que se trate de benefícios previdenciários ou assistências de parentes até terceiro grau, cônjuge ou companheiro.

16. Sobre o que se entende do conceito e da classificação de agentes públicos, analise as assertivas abaixo.

- I. Aquele que é convocado para prestar serviço de mesário nas eleições é considerado agente público da espécie particular colaborador ou honorífico.
- II. O magistrado pode ser entendido como sendo servidor de regime especial uma vez que o seu estatuto funcional disciplinador se encontra em lei específica.
- III. Entende-se por agente público somente aquele que ocupa cargo, emprego ou função pública.
- IV. Servidor público estatutário é aquele que detém relação contratual com o ente público.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

17. De acordo com a Teoria Pura do Direito, desenvolvida por Hans Kelsen, o ordenamento jurídico pode ser concebido como um conjunto hierarquizado de normas, estruturas na forma de uma pirâmide. Diante dessa informação, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, uma norma situada no cume da pirâmide e a outra situada na base desta, desprezando-se norma situada ao meio da pirâmide.

- (A) Lei Complementar e Medida Provisória.
- (B) Tratados sobre Direitos Humanos e Instruções Normativas.
- (C) Portaria Ministerial e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
- (D) Lei Ordinária e Constituição Federal.
- (E) Emenda Constitucional e Tratados sobre Direitos Humanos.

18. Da análise entre uma lei complementar e uma lei ordinária, sempre surgem dúvidas sobre a diferença hierárquica existente entre essas normas jurídicas. Sobre esse tema, analise as assertivas abaixo.

- I. A formação de um novo estado-membro da federação deve ser aprovada no Congresso Nacional via lei complementar.
- II. As hipóteses de regulamentação por meio de lei ordinária estão taxativamente previstas na Constituição Federal.
- III. O quórum de aprovação de uma lei ordinária é pela maioria simples dos membros presentes da casa legislativa.
- IV. A lei ordinária pode tratar de matéria reservada à lei complementar, no entanto, ocorrendo o contrário, haverá vício de inconstitucionalidade formal.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

19. Sobre o tema da existência de hierarquia entre normas federais, estaduais e municipais, analise as assertivas abaixo.

- I. As normas previstas nas Constituições Estaduais não precisam, necessariamente, obedecer às normas da Constituição Federal.
- II. Se uma lei federal e lei municipal legislam sobre funcionamento do comércio local, prevalecerá a lei municipal, pois atende à competência dada pela Constituição Federal.
- III. Há hierarquia entre as leis federais, estaduais e municipais, devendo as leis municipais estarem em consonância com as leis estaduais, e estas, com as leis federais.
- IV. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual, no que lhe for contrário.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

20. Acerca dos dispositivos constitucionais (artigos 215, 216 e 216-A da Constituição Federal) que tratam da cultura, a qual é objeto de proteção pelo IPHAN, assinale a alternativa correta.

- (A) Aos Estados-membros e Distrito Federal é obrigatório vincular o fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para financiamento de programas e projetos culturais.
- (B) O Estado tem por compromisso a proteção de culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, excluindo-se qualquer outro grupo, dado que não são importantes para o processo civilizatório nacional.
- (C) Uma das formas de proteção do patrimônio cultural utilizadas pelo Poder Público é a desapropriação.
- (D) O Sistema Nacional de Cultura é organizado em regime de colaboração subordinativa, de forma centralizada no IPHAN.
- (E) Criações científicas e tecnológicas não podem constituir patrimônio cultural devido à diversa natureza de ambos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONCEITOS E LEGISLAÇÃO APLICADOS AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

21. Com relação à Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe, assinale a alternativa correta.

- (A) O Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá, necessariamente, apresentar descrição de vistoria realizada em campo com caminhamento na ADA (Área Diretamente Afetada), sendo aconselhável, mas não necessário, o envio conjunto de documentação fotográfica georreferenciada dos trabalhos realizados em campo.
- (B) O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico para os empreendimentos de Níveis III e IV deverá conter, entre outros, Projeto de Monitoramento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos locais onde foram encontrados sítios arqueológicos e metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos.
- (C) O Projeto Integrado de Educação Patrimonial será desenvolvido na AID (Área de Influência Direta) e deverá conter definição do público-alvo, objetivos, justificativa, metodologia, descrição da equipe multidisciplinar responsável, cronograma de execução e mecanismos de avaliação.
- (D) A manifestação conclusiva do IPHAN, necessária à instalação do empreendimento de Níveis III e IV, resultará da análise da consolidação do Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados quando couber, sendo desnecessária a aprovação do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.
- (E) O IPHAN verificará o efetivo cumprimento do Programa de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados por meio da análise do respectivo Relatório de Gestão, que deverá conter, entre outros, descrição resumida das ações realizadas com vistas a garantir a preservação e salvaguarda dos bens referidos na IN e descrição circunstanciada das ações realizadas com vistas à localização georreferenciada dos bens culturais imateriais acautelados e comunidades a eles associadas.

<p>22. De acordo com a Constituição Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos são bens dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</p> <p>(B) Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público é competência exclusiva da União.</p> <p>(C) É competência exclusiva dos Estados e Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.</p> <p>(D) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.</p> <p>(E) Compete aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.</p>	<p>É correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) III, apenas.</p> <p>(E) I, apenas.</p>
<p>23. Sobre as principais Cartas Patrimoniais, é correto afirmar que</p> <p>(A) a Carta de Veneza é a primeira das Cartas Patrimoniais.</p> <p>(B) em 1964, foi lançada a Carta de Atenas, que discute a racionalização de procedimentos em arquitetura e propõe normas e condutas em relação à preservação e conservação de edificações.</p> <p>(C) a Carta de Petrópolis instituiu a noção de "bem cultural" tal como a conhecemos hoje.</p> <p>(D) na Carta do México, o conceito de identidade cultural é observado como principal fator da necessidade de se preservar um bem cultural.</p> <p>(E) a Recomendação de Paris, ocorrida em 1989, estabelece parâmetros legais para a preservação dos monumentos.</p>	<p>25. De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997, é correto afirmar que</p> <p>(A) o prazo de validade de uma Licença Prévia deve ser, no máximo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 2 (dois) anos.</p> <p>(B) os estudos necessários ao processo de licenciamento devem ser realizados por profissionais autorizados, a expensas do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).</p> <p>(C) o custo de análise para obtenção da licença ambiental deve ser estabelecido por dispositivo legal, visando ao ressarcimento, pelo empreendedor, das despesas realizadas pelo órgão ambiental competente.</p> <p>(D) a renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.</p> <p>(E) a Licença de Instalação (LI) é aquela concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas demais fases de licenciamento.</p>
<p>24. A Lei nº 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sobre os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, analise as assertivas abaixo.</p> <p>I. É crime, com reclusão, de um a três anos e multa, destruir, inutilizar ou deteriorar o bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.</p> <p>II. É crime, com detenção de três meses a um ano e multa, alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.</p> <p>III. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano, sendo o monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de detenção, de três meses a um ano, e multa.</p>	<p>26. A expressão "dano ambiental" traz, em si, diversas concepções. Considerando sua classificação, é correto afirmar que o dano ambiental de reparabilidade indireta é</p> <p>(A) quando diz respeito a interesses próprios individuais e individuais homogêneos, e apenas com reflexos ao meio ambiente.</p> <p>(B) aquele correlacionado a interesses difusos e coletivos.</p> <p>(C) aquele em que há afetação prejudicial dos elementos naturais do meio ambiente, como fauna e flora, não sendo considerados os elementos ambientais culturais e artificiais.</p> <p>(D) aquele que ocorre em decorrência de lesão a bens e direitos do titular atingido, sendo eles econômicos.</p> <p>(E) onde são incluídos não somente os bens ambientais naturais, como também os artificiais e culturais, sendo, portanto, o bem ambiental visualizado por uma concepção unitária.</p>



27. Um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve conter, no mínimo, entre outras, as seguintes atividades técnicas, conforme estabelece a Resolução CONAMA nº 001/1986:

- I. definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas, os equipamentos de controle e sistema de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.
- II. os objetivos e as justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais e os programas governamentais.
- III. elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e os parâmetros a serem considerados.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

28. O Decreto-Lei nº 25/1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Sobre o tombamento dos bens, é correto afirmar que

- (A) coisa tombada não pode sair do país, senão por longo prazo, com transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- (B) coisas tombadas podem ser destruídas, demolidas ou mutiladas, com prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional.
- (C) no caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deve dar conhecimento ao fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa.
- (D) coisas tombadas, que pertencem à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só podem ser transferidas de uma à outra das referidas entidades. Feita a transferência, o adquirente deve dar conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de transferência.
- (E) o tombamento definitivo dos bens de propriedade particular deve ser, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

29. De acordo com a Lei nº 3.924/1961, o direito de realizar escavações para fins arqueológicos por particulares, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do(a)

- (A) Governo da União, por meio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.
- (B) Estado de escavação, por meio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.
- (C) Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, podendo o proprietário ou possuidor do solo não aceitá-lo.
- (D) Município de escavação, por meio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.
- (E) Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, podendo o proprietário ou possuidor do solo não aceitá-lo.

30. Na convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação, transportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais, estabelecida pelo Decreto nº 72.312/1973, os Estados Partes presentes nesta convenção reconhecem que fazem parte do patrimônio cultural de cada Estado os bens pertencentes a cada uma das seguintes categorias, **exceto** bens culturais

- (A) achados no território nacional.
- (B) adquiridos por missões arqueológicas, etnológicas ou ciências naturais com o consentimento das autoridades competentes do país de origem dos referidos bens.
- (C) que hajam sido objeto de um intercâmbio livremente acordado.
- (D) recebidos a título gratuito ou comprados com ou sem o consentimento das autoridades competentes do país de origem dos referidos bens.
- (E) criados pelo gênio individual ou coletivo de nacionais do Estado em questão, e bens culturais de importância para o referido Estado criados, em seu território, por nacionais de outros Estados ou por apátridas residentes em seu território.

31. Considerando a necessidade de regulamentar os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País, a fim de que se resguardem os objetos de valor científico e cultural localizado nas pesquisas, a Portaria do IPHAN nº 07/1988 estabelece que os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, devem ser dirigidos ao Secretário da SPHAN acompanhados, entre outras, da seguinte informação:

- (A) sítios relacionados.
- (B) ocupante.
- (C) plano de trabalho científico.
- (D) coordenadas UTM da área.
- (E) unidade geomorfológica.

32. A Ficha de Registro de Sítio Arqueológico deve ser preenchida para o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Dentre as informações necessárias que devem constar nessa ficha, o compartimento topográfico é a informação que indica a implantação do sítio na paisagem conforme o regime evolutivo. Sendo assim, é correto afirmar que pertence ao regime erosivo do compartimento topográfico a(o)

- (A) Topo.
- (B) Meia-encosta.
- (C) Base de vertente.
- (D) Planície de Inundação.
- (E) Rio.

33. O Diretor do Departamento de Proteção resolve, por meio da Portaria IPHAN nº 28 de 2003, que o(s)

- (A) reservatórios de empreendimentos hidrelétricos de qualquer tamanho ou dimensão dentro do território nacional devem, na solicitação da renovação da licença ambiental de operação, prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.
- (B) estudos arqueológicos devem ser exigidos na faixa de depleção ao menos entre níveis mínimo e médio de enchimento dos reservatórios.
- (C) cronogramas dos trabalhos arqueológicos devem estar compatibilizados com período de esvaziamento do reservatório entre os níveis mínimo e médio.
- (D) reservatórios a fio d'água também devem atender ao que dispõe esta Portaria do IPHAN.
- (E) IPHAN não pode opinar na concessão da renovação da licença de operação do empreendimento.

34. Sobre a restituição de bens culturais furtados, é **incorreto** afirmar que

- (A) o possuidor de um bem cultural furtado deve restituí-lo.
- (B) um bem cultural obtido por meio de escavações ilícitas ou licitamente obtido por meio de escavações, mas ilicitamente retido, é considerado como furtado, se isso for compatível com o ordenamento jurídico do Estado onde as referidas escavações tenham tido lugar.
- (C) qualquer solicitação de restituição deve ser apresentada dentro de um prazo de 3 (três) anos a partir do momento em que o solicitante toma conhecimento do lugar onde se encontra o bem cultural e da identidade do possuidor, e, em qualquer caso, dentro de um prazo de 50 (cinquenta) anos a partir do momento do furto.
- (D) a ação para a restituição de um bem cultural que constitua parte integrante de um monumento ou de um sítio arqueológico identificados, ou que faça parte de uma coleção pública, não se submete a qualquer prazo de prescrição, senão o prazo de 5 (cinco) anos a partir do momento em que o solicitante tomou conhecimento do lugar onde se encontrava o bem cultural, e da identidade do possuidor.
- (E) qualquer Estado Contratante pode declarar que uma ação prescreve em um prazo de 75 (setenta e cinco) anos ou em um prazo mais longo previsto em seu ordenamento jurídico. Uma ação iniciada em um outro Estado Contratante, com vistas à restituição de um bem cultural deslocado de um monumento, de um sítio arqueológico ou de uma coleção pública situados em um Estado Contratante que faça uma declaração dessa natureza, também prescreve no mesmo prazo.

35. A Portaria Interministerial nº 60/2015 define que quando a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra indígena ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra indígena, deve-se respeitar o limite de ferrovias, na Amazônia Legal, na distância de

- (A) 5km.
- (B) 8km.
- (C) 10km.
- (D) 40km.
- (E) 100km.

## ARQUEOLOGIA

36. Com base nas referências teóricas e nos parâmetros metodológicos da Arqueologia Contemporânea, leia o texto abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

“O que fazer com o material arqueológico escavado, coletado e armazenado no laboratório? Parece evidente ter que organizá-lo em classes e subclasses. Para organizá-lo, tem-se, porém, que estabelecer critérios. O estabelecimento de critérios depende de um quadro teórico constituído de um conjunto ordenado de explicações que justifiquem o ordenamento. As explicações, por sua vez, têm que ter seus fundamentos em uma epistemologia que lhes dê validade científica. Para que tenham validade científica, as explicações não podem ser dogmáticas e nem puramente filosóficas ou formais. As explicações precisam ter objetividade factual que permite a mensurabilidade das proposições científicas. A mensurabilidade depende da materialidade.”

- (A) Por serem sistemas abertos, os grupos humanos não produzem artefatos padronizados. Por isso, não se recomenda organizar os materiais arqueológicos em classes e subclasses.
- (B) Os arqueólogos devem se limitar a descrever os artefatos arqueológicos e acondicioná-los em caixas de plástico.
- (C) Todos os bancos de dados subordinam-se a referências teóricas. Descrevem-se as particularidades dos artefatos para alcançar objetivos previamente pensados.
- (D) Pela impossibilidade de se desvendar o contexto dos grupos pré-históricos, a Arqueologia é uma disciplina puramente descritiva ou narrativa.
- (E) A Arqueologia é uma técnica de observação. Somente os antropólogos e historiadores têm competência para fazer ciência a respeito do material arqueológico descoberto pelos arqueólogos.

37. Com base nos princípios teóricos e metodológicos propostos pela Arqueologia Histórica, leia o texto abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

“O que distingue a Arqueologia Histórica não é o período histórico estudado, mas como cada elemento se adaptou e foi transformado pelo processo que, de início, levou o europeu a estabelecer assentamentos coloniais em todo o mundo e, posteriormente, a formar novas nações. Tendo em vista essa consideração, a Arqueologia Histórica que está emergindo atualmente se define como o estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação até os dias atuais.”

- (A) O objeto de estudo da Arqueologia Histórica deve limitar-se aos vestígios arqueológicos de grupos de origem europeia.
- (B) A memória e a tradição oral dos grupos de origem europeia são mais importantes que as dos afrodescendentes e quilombolas.
- (C) Artefatos e estruturas arqueológicas populares são destituídos de qualquer valor científico.
- (D) Memórias, tradições orais, artefatos, crenças e lendas são objetos de estudo da Arqueologia Histórica porque revelam os efeitos da prática colonialista e dão voz aos grupos secularmente subordinados.
- (E) O valor do objeto de estudo da Arqueologia Histórica é diretamente proporcional ao seu valor econômico.

38. Com relação aos princípios da dialética hegeliana, leia o texto abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

“As revoluções científicas correspondem à reorganização do aparato conceitual com que a comunidade científica percebe o mundo. Elas são a reestruturação do conhecimento científico. O novo paradigma traz uma racionalidade totalmente nova. Guiados por um novo paradigma, os cientistas adotam novos instrumentos e orientam seu olhar em novas direções.”

- (A) As atividades feitas pelos arqueólogos do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), por terem como base o paradigma Histórico Cultural, são destituídas de qualquer valor científico.
- (B) O paradigma do Pós-Processualismo, por possuir excelente fundamentação teórica e metodológica, deve ter exclusividade nas pesquisas arqueológicas.
- (C) Por ser recente e ter fundamentação filosófica idealista, o Pós-Processualismo não é um paradigma confiável porque não imprime cientificidade às proposições arqueológicas.
- (D) Por ter caráter antropológico, o único paradigma confiável para a Arqueologia é o Processualismo.
- (E) É prudente não radicalizar a adoção de um paradigma em detrimento de outros. Cabe ao arqueólogo refletir sobre qual a teoria e os métodos que melhor se adaptam ao seu tema de pesquisa.

39. A palavra Arqueologia é formada por um adjetivo e por um substantivo de origem grega, *archaiḱós* e *logos*, os quais significam, respectivamente,

- (A) homem e estudo, ou seja, o estudo do homem.
- (B) ser e estudo, ou seja, o estudo do ser.
- (C) mente e estudo, ou seja, o estudo da mente.
- (D) terra e estudo, ou seja, o estudo da terra.
- (E) antigo e estudo, ou seja, o estudo do antigo.

40. Com base nos princípios metodológicos da Arqueologia Histórica, leia o texto abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

“A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. A história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque a operação intelectual e laicizante demanda análises e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica.”

- (A) A memória e a história têm objetos de estudo independentes. A primeira se ocupa do presente e a segunda, do passado.
- (B) Para reconstituir o passado a partir de vestígios arqueológicos, a Arqueologia Histórica recorre a relatos históricos e à memória das populações que, direta ou indiretamente, participaram dos fatos.
- (C) Por não ter sistemática acadêmica, a memória popular não tem valor científico algum. Não é prudente, por isso, valer-se dela nas pesquisas arqueológicas.
- (D) Os documentos históricos não devem ser utilizados nas pesquisas arqueológicas porque são subjetivos.
- (E) Por instalar a lembrança no sagrado, a memória não tem cientificidade porque se sustenta no conhecimento religioso, mitológico e dogmático.

41. A Arqueologia é uma disciplina inserida no campo das ciências humanas e sociais, assim como

- (A) geologia, geomorfologia, pedologia, fisiografia, ecologia, hidrografia e climatologia.
- (B) zoologia, botânica, anatomia, fisiologia e paleontologia.
- (C) história, antropologia, sociologia, ciência política, economia e psicologia.
- (D) matemática, estatística, física e química.
- (E) medicina, odontologia, enfermagem e farmácia.

42. Assinale a alternativa que apresenta as **principais** correntes teóricas do pensamento arqueológico.

- (A) Evolucionismo, difusionismo, funcional-estruturalismo, estruturalismo e simbolismo.
- (B) Historicismo, materialismo-histórico, escola dos annales e pós-modernismo.
- (C) Humanismo, iluminismo, romantismo, positivismo e existencialismo.
- (D) Culturalismo-histórico, processualismo e pós-processualismo.
- (E) Formalismo, substantivismo e culturalismo.

43. Os arqueólogos partidários da Nova Arqueologia, caracterizada como uma escola de pensamento vinculada à arqueologia anglo-americana dos anos 1960 e 1970, insatisfeitos com a situação da arqueologia tradicional e a história cultural, buscaram novas maneiras de interpretação dos vestígios recuperados em escavações arqueológicas. Assinale a alternativa que apresenta uma das características dessa escola.

- (A) A não consideração da evolução cultural na interpretação arqueológica.
- (B) A visão sistêmica da cultura, com ênfase na teoria dos sistemas, mediante a qual as sociedades possuíam redes de subsistemas, como o religioso, econômico, social e o da cultura material mantidos em equilíbrio dinâmico dentro de um sistema sociocultural.
- (C) A aceitação de que as culturas possuíam normas distintas e aleatoriamente adquiridas, sem um sistema no qual seus diferentes componentes se relacionam uns com os outros, como um sistema em funcionamento.
- (D) O pressuposto de que as culturas não seriam adaptativas, relacionadas ao meio ambiente externo e à reconstrução do sistema ecológico envolvido vinculado a elas, não seria necessário para a interpretação arqueológica.
- (E) A recusa ao enfoque científico e à noção de processo cultural.

44. Assinale a alternativa que apresenta o(s) método(s) **mais** importante(s) de escavação arqueológica.

- (A) Levantamento oportunístico e extensivo e levantamento sistemático.
- (B) Sieriação, tipologia, função e cadeia operatória.
- (C) Flotação.
- (D) Trincheiras, quadrículas e áreas amplas.
- (E) Relativismo cultural, observação participante e método dialógico.

45. A análise tecnológica de artefatos e vestígios de artefatos arqueológicos tem como objetivo

- (A) compreender a cadeia operatória da confecção dos artefatos.
- (B) identificar a matéria-prima e as técnicas de manufatura dos artefatos.
- (C) relacionar forma e função dos artefatos.
- (D) decifrar os significados da decoração dos artefatos.
- (E) propor cronologias de ocupação a partir de datações relativas dos artefatos.

46. As datações arqueológicas mais antigas do Brasil, com até 48 mil anos antes do presente, foram obtidas por meio das pesquisas no sítio

- (A) Pedra Pintada, em Monte Alegre/PA.
- (B) Pedra Furada, em São Raimundo Nonato/PI.
- (C) Abrigo do Sol, na região do alto Guaporé, em Mato Grosso e Rondônia.
- (D) Santa Elina, em Jangada/MT.
- (E) Casa de Pedra, em Paraíso das Águas/MS.

47. As hipóteses interdisciplinares sobre a história cultural dos indígenas falantes de línguas do tronco Tupi, principalmente da família linguística Tupi-Guarani, embasadas em dados etnográficos, linguísticos e arqueológicos, propõem que o centro de origem da cultura Tupi encontra-se no(a)

- (A) Caribe.
- (B) Amazônia Meridional.
- (C) Planalto Central.
- (D) rio Paraná, entre Brasil, Argentina e Paraguai.
- (E) Patagônia.

48. A Arqueologia Histórica estuda o Período

- (A) Paleoíndio, associado ao início do povoamento humano no continente americano.
- (B) Arcaico, marcado pela diversidade de grupos caçadores-coletores.
- (C) Formativo, relacionado ao surgimento dos agricultores-ceramistas.
- (D) das Chefias, Florescente e Expansivo ou Militarista, relativo ao desenvolvimento das culturas pré-colombianas na América Central e América do Sul.
- (E) Histórico, iniciado com a descoberta, conquista e colonização do continente americano pelos europeus.

49. Tendo em vista os avanços teóricos do pós-colonialismo, a **principal** característica na vanguarda do pensamento arqueológico atual é o(a)

- (A) entendimento da Arqueologia como Antropologia.
- (B) investigação das mudanças culturais nas sociedades indígenas causadas pelo contato com os colonizadores europeus.
- (C) estudo dos materiais, sítios e monumentos históricos do período colonial.
- (D) combate ao colonialismo e a descolonização do conhecimento sobre o passado.
- (E) identificação de culturas arqueológicas.

50. Acerca da história da Arqueologia Brasileira, em relação à região de Lagoa Santa, assinale a alternativa correta.

- (A) Peter Wilhelm Lund fez as primeiras descobertas de remanescentes ósseos humanos na Gruta de Maquiné, no município de Cordisburgo, Minas Gerais, por volta de 1789.
- (B) Os crânios obtidos por Peter Wilhelm Lund na Gruta do Sumidouro, com exceção de um que foi doado pelo próprio pesquisador ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, acham-se no Museu Lund, em Copenhague, na Alemanha, e são objeto de estudo do pesquisador Walter Alves Neves, do Instituto de Biologia, da USP.
- (C) Durante a primeira metade do século XX, pesquisadores como Anibal Mattos, Arnaldo Cathoud, Pandberg-Drenkpol e Walter Alves Neves, do Instituto de Biologia da USP, ampliaram as pesquisas nas grutas de Minas Gerais.
- (D) Arnaldo Cathoud, H. V. Walter e Anibal Mattos, membros da Academia de Ciências de Minas Gerais na primeira metade do século XXI, não aceitavam a hipótese de contemporaneidade entre o homem e os animais extintos encontrados na grutas de Minas Gerais, mesmo após a descoberta de remanescentes ósseos humanos na Gruta de Confins.
- (E) A hipótese de contemporaneidade do homem com os animais extintos em Lagoa Santa obteve êxito após os achados na Gruta Mortuária, em 1935, quando ocorreram escavações com controle estratigráfico muito preciso e seguro.

